

Docepar S.A.

Demonstrações Financeiras
31 de dezembro de 2024



Docepar S.A. - Demonstrações financeiras
Conteúdo

	Página
Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras	3
Demonstração do Resultado	6
Demonstração do Resultado Abrangente	7
Demonstração dos Fluxos de Caixa	8
Balanco Patrimonial	9
Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido	10
Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras	11
1. Contexto operacional	
2. Base de preparação das demonstrações financeiras	
3. Investimento em coligada	
4. Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	
5. Resultado financeiro	
6. Tributos sobre o lucro	
7. Caixa e equivalentes de caixa	
8. Contas a receber - Partes relacionadas	
9. Processos judiciais	
10. Patrimônio líquido	
11. Transações com partes relacionadas	
12. Classificação dos instrumentos financeiros	
13. Gestão de riscos	
Membros da Diretoria e Responsáveis Técnicos	13



Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Acionistas
Docepar S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Docepar S.A. ("Sociedade"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Docepar S.A. em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Sociedade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras

A administração da Sociedade é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Sociedade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Sociedade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.



Docepar S.A.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Sociedade.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Sociedade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Sociedade a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.



Docepar S.A.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 14 de agosto de 2025

A handwritten signature in black ink that reads 'PricewaterhouseCoopers'. The signature is written in a cursive, flowing style.

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP000160/F-5

Patricia Seoane Azevedo
Contadora CRC 1BA040103/O-0

Demonstração do Resultado

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Notas	Exercícios findos em 31 de dezembro de	
		2024	2023 (reapresentado)
Receitas (despesas) operacionais			
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	4	10.646	(775)
Lucro (prejuízo) operacional		10.646	(775)
Resultado financeiro, líquido	5	(5.689)	30.369
Lucro antes dos tributos sobre o lucro		4.957	29.594
Tributos sobre o lucro	6 (a)		
Tributo corrente		-	(6.969)
Tributo diferido		3.787	(713)
		3.787	(7.682)
Lucro líquido do exercício		8.744	21.912
Quantidade de ações ao final do exercício - em milhares		1.020.227	1.020.227
Lucro básico e diluído por ação – Em R\$		0,01	0,02

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras.

Demonstração do Resultado Abrangente

Em milhares de reais

	Exercícios findos em 31 de dezembro de	
	2024	2023
Lucro líquido do exercício	8.744	21.912
Outros resultados abrangentes	-	-
Total do resultado abrangente	8.744	21.912

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras.

Demonstração dos Fluxos de Caixa

Em milhares de reais

	Exercícios findos em 31 de dezembro de		
	Notas	2024	2023 (reapresentado)
Lucro antes dos tributos sobre o lucro		4.957	29.594
Ajustado por:			
Juros e variações monetárias, líquidas	5	7.994	(30.006)
Provisão (reversão) para processos judiciais	4	(9.533)	2
Outros		(1.641)	(2)
Variações de ativos e passivos:			
Tributos sobre o lucro a recuperar		(477)	(453)
Depósitos judiciais		17.088	21.807
Fornecedores		92	(153)
Tributos a recolher		374	3.034
Provisão para processos judiciais		-	(2)
Caixa proveniente das atividades operacionais		18.854	23.821
Impostos pagos		(646)	(18.105)
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais		18.208	5.716
Fluxo de caixa das atividades de investimento:			
Adições ao investimento	3	(438)	(406)
Caixa líquido utilizado nas atividades de investimento		(438)	(406)
Aumento no caixa e equivalentes de caixa no exercício		17.770	5.310
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		23.893	18.583
Caixa e equivalentes de caixa ao final do exercício		41.663	23.893
Transações que não envolveram caixa:			
Capitalização de adiantamento para futuro aumento de capital		316	-

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras.

Balanco Patrimonial

Em milhares de reais

	Notas	31 de dezembro de 2024	31 de dezembro de 2023 (reapresentado)
Ativo			
Ativo circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	7	41.663	23.893
Tributos sobre o lucro a recuperar	6 (b)	944	6.388
		42.607	30.281
Ativo não circulante			
Depósitos judiciais	9	9.876	176.140
Contas a receber - Partes relacionadas	8 e 11	97.473	97.473
Tributos sobre o lucro a recuperar	6 (b)	35.246	28.004
		142.595	301.617
Investimentos		1.854	1.416
		144.449	303.033
Total do ativo		187.056	333.314
Passivo			
Passivo circulante			
Fornecedores		371	279
Tributos sobre o lucro a recolher		-	646
Tributos a recolher		27	105
		398	1.030
Passivo não circulante			
Tributos diferidos sobre o lucro	6 (c)	1.182	4.969
Provisões para processos judiciais	9	6.572	157.155
		7.754	162.124
Total do passivo		8.152	163.154
Total do patrimônio líquido	10	178.904	170.160
Total do passivo e patrimônio líquido		187.056	333.314

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras.

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

Em milhares de reais

	Capital social	Ações em tesouraria	Prejuízos acumulados	Patrimônio líquido
Saldo em 31 de dezembro de 2022 (não auditado)	251.780	(1.146)	(102.386)	148.248
Lucro líquido do exercício (reapresentado)	-	-	21.912	21.912
Saldo em 31 de dezembro de 2023	251.780	(1.146)	(80.474)	170.160
Lucro líquido do exercício	-	-	8.744	8.744
Saldo em 31 de dezembro de 2024	251.780	(1.146)	(71.730)	178.904

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras.

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

1. Contexto operacional

A Doepar S.A. (“Sociedade”) é uma sociedade anônima de capital fechado, controlada pela Vale S.A. (“Vale”), com sede no Rio de Janeiro, Brasil. A Sociedade operava no transporte de granel em viagens de longo curso e passou por um programa de reestruturação societária no período de 1999 a 2000, no qual transferiu todos seus ativos operacionais e os seus investimentos para outras empresas controladas pela Vale S.A, passando a não operar desde então. Atualmente, a Sociedade detém participação em diversas empresas do grupo Vale.

A Vale tem intenção de continuar a prestar apoio financeiro suficiente para a Sociedade manter sua capacidade operacional, de modo a cumprir as responsabilidades e obrigações contratuais a vencer, bem como exercer as atividades usuais sem qualquer impacto significativo nas suas operações.

2. Base de elaboração e apresentação das demonstrações financeiras

a) Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras da Sociedade (“demonstrações financeiras”) foram preparadas e apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil por meio do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”), aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (“CFC”). Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e apenas essas informações, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas na gestão da Administração da Sociedade.

b) Base de apresentação

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico e ajustadas para refletir as perdas pela redução ao valor recuperável (“impairment”) de ativos. Os eventos subsequentes foram avaliados até 14 de agosto de 2025, data em que a emissão das demonstrações financeiras foi aprovada pela Diretoria.

c) Moeda funcional

As demonstrações financeiras são mensuradas utilizando o real (“R\$”), que é a moeda do principal ambiente econômico no qual a Sociedade opera.

d) Políticas contábeis materiais e normas contábeis emitidas ou alteradas recentemente

As políticas contábeis materiais aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras foram incluídas nas respectivas notas explicativas e são consistentes com aquelas adotadas e divulgadas nas demonstrações financeiras de exercícios anteriores. Algumas normas e interpretações contábeis foram emitidas, porém, ainda não estão em vigor para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024 ou não tiveram impacto nessas demonstrações financeiras. A Sociedade não adotou antecipadamente nenhuma destas normas. Adicionalmente, a Sociedade não espera que essas normas tenham um impacto material nas demonstrações financeiras em exercícios sociais subsequentes.

e) Estimativas e julgamentos contábeis críticos

A preparação das demonstrações financeiras requer o uso de estimativas contábeis críticas e o exercício de julgamento por parte da Administração no processo de aplicação das políticas contábeis da Sociedade. Com base em premissas, a Sociedade faz estimativas em relação ao futuro. As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e são baseados na experiência e conhecimento da Administração, informações disponíveis na data das demonstrações financeiras e outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias. Por definição, as estimativas contábeis raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos saldos contábeis de ativos e passivos nos próximos exercícios sociais, estão apresentados nas notas 6 e 9.

f) Reapresentação das demonstrações financeiras

Na elaboração das demonstrações financeiras de 2024, foram identificados ajustes relacionados a atualização monetária de depósitos judiciais, e seus devidos impactos tributários, que foram calculados de forma incorreta na demonstração financeira da Sociedade relativo ao exercício de 2023.

Sendo assim, a Sociedade está reapresentando nestas demonstrações financeiras os efeitos comparativos. O efeito dos ajustes está demonstrado nos quadros a seguir:

Balanco patrimonial em 31 de dezembro de 2023

	Original	Ajustes	Saldo reapresentado
Ativo			
Ativo não circulante			
Depósitos judiciais	212.125	(35.985)	176.140
Tributos sobre o lucro a recuperar	15.769	12.235	28.004
Total do ativo não circulante	325.367	(23.750)	301.617
Total do ativo	357.064	(23.750)	333.314
Patrimônio líquido	193.910	(23.750)	170.160
Total do passivo e patrimônio líquido	357.064	(23.750)	333.314

Demonstração do resultado - exercício findo em 31 de dezembro de 2023

	Original	Ajustes	Saldo reapresentado
Resultado financeiro			
Receita financeira	69.418	(35.985)	33.433
Lucro antes dos tributos sobre o lucro	65.579	(35.985)	29.594
Tributos sobre o lucro			
Tributo corrente	(19.204)	12.235	(6.969)
Total tributos sobre o lucro	(19.917)	12.235	(7.682)
Lucro líquido do exercício	45.662	(23.750)	21.912

Demonstração dos Fluxos de Caixa - exercício findo em 31 de dezembro de 2023

	Original	Ajustes	Saldo reapresentado
Lucro (prejuízo) antes dos tributos sobre o lucro	65.579	(35.985)	29.594
Ajustado por:			
Juros e variações monetárias, líquidas	(65.991)	35.985	(30.006)
Caixa proveniente das atividades operacionais	23.821	-	23.821

3. Investimento em coligada

Em 2022, a Sociedade se tornou acionista minoritária de duas novas empresas constituídas em sociedade com a Vale, conforme descrito abaixo:

Co-log Logística de Coprodutos S.A.: tem como objeto social a: (i) operação e prestação de serviços logísticos; (ii) armazenagem; (iii) comercialização de areia, quartzo, sílica e outros coprodutos de mineração; entre outros. O saldo de investimento em 31 de dezembro de 2024 e 2023 detido pela Sociedade é de R\$ 905. O percentual de participação da Sociedade é de 1%.

Bionow S.A.: tem como objeto social a: (i) pesquisa e desenvolvimento nos campos de matérias-primas para produção de biocarbono e biomassa; (ii) análise técnica de matérias-primas e intermediários de biocarbono e biomassa; (iii) produção e comercialização de biocarbono e biomassa; entre outros. Durante o ano de 2024, a Sociedade integralizou o montante de R\$ 750 (2023: R\$ 90) e enviou o montante de R\$ 4 (2023: R\$ 316) a título de adiantamento para futuro aumento de capital. O saldo do investimento em 31 de dezembro de 2024 é de R\$ 933 (2023: R\$ 179). O percentual de participação da Sociedade é de 0,5%.

4. Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas

	Exercícios findos em 31 de dezembro de	
	2024	2023
Reversão (provisão) para processos judiciais (nota 9)	9.533	(2)
Serviços administrativos	(620)	(777)
Outras	1.733	4
Total	10.646	(775)

5. Resultado financeiro

	Exercícios findos em 31 de dezembro de	
	2024	2023 (reapresentado)
Despesas financeiras		
Variações monetárias (i)	(16.794)	-
Despesa de PIS e COFINS	(386)	(3.041)
Comissão de fiança bancária e seguro garantia	(22)	(7)
Outras	(14)	(16)
	(17.216)	(3.064)
Receitas financeiras		
Rendimentos de aplicações financeiras	2.728	3.427
Variações monetárias (ii)	8.799	24.677
Juros e atualização monetária de processos judiciais	-	5.329
	11.527	33.433
Resultado financeiro, líquido	(5.689)	30.369

(i) Refere-se principalmente a adição de atualização monetária de processo judicial de natureza tributária, conforme nota 9.

(ii) Refere-se principalmente a reversão de atualização monetária de processo judicial de natureza cível, conforme nota 9.

6. Tributos sobre o lucro

a) Reconciliação do imposto de renda

O total demonstrado como resultado de tributos sobre o lucro no resultado está reconciliado com as alíquotas estabelecidas pela legislação, como segue:

	Exercícios findos em 31 de dezembro de	
	2024	2023 (reapresentado)
Lucro antes dos tributos sobre o lucro	4.957	29.594
Tributos sobre o lucro às alíquotas da legislação - 34%	(1.685)	(10.062)
Ajustes que afetaram o cálculo dos tributos:		
Reversão de provisão para processos judiciais	51.845	1.856
Prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social	(50.275)	-
Outros	3.902	524
Tributos sobre o lucro	3.787	(7.682)

b) Tributos sobre o lucro a recuperar

Em 2018, a Sociedade realizou um pagamento a maior de Imposto de Renda Pessoa Jurídica (“IRPJ”) e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (“CSLL”), gerando valores a serem recuperáveis. Em julho de 2019, a Sociedade protocolou solicitação de restituição em moeda desses créditos, já tendo sido avaliada e aprovada pela Receita Federal, aguardando apenas a restituição. Em 2023 (reapresentado), a Sociedade verificou a recuperabilidade de valores pagos de IRPJ e CSLL relativo ao ano de 2023 (reapresentado), no montante de R\$ 12.235, que aguarda solicitação de restituição em moeda.

A Sociedade possui R\$ 420 e R\$ 35.231 (R\$ 3.206 e R\$ 28.004 (reapresentado) em 2023) relativos a Imposto de Renda Pessoa Jurídica (“IRPJ”) e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (“CSLL”) apresentados no ativo circulante e não circulante, respectivamente. Adicionalmente, a Sociedade possui Imposto de renda retido na fonte (“IRRF”) a recuperar no ativo circulante no montante de R\$ 524 (R\$ 3.181 em 2023).

c) Tributos diferidos sobre o lucro

A Sociedade possui R\$ 1.182 (R\$ 4.969 em 2023) referente a tributos diferidos sobre atualização monetária de depósitos judiciais.

Política contábil

A provisão para tributos sobre o lucro é calculada com base em alíquotas e regras fiscais em vigor. Os tributos sobre o lucro compreendem o imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro. A alíquota estatutária aplicável no referido exercício é de 34%.

Estimativas e julgamentos contábeis críticos

Julgamentos, estimativas e premissas significativas são requeridas para determinar o valor dos impostos diferidos ativos que são reconhecidos com base no tempo e nos lucros tributáveis futuros. Os tributos diferidos ativos decorrentes de prejuízos fiscais e diferenças temporárias são reconhecidos considerando premissas e fluxos de caixa projetados. Os ativos fiscais diferidos podem ser afetados por fatores incluindo, mas não limitados a: (i) premissas internas sobre o lucro tributável projetado, baseado no planejamento de produção e vendas, preços de commodities, custos operacionais e planejamento de custos de capital; (ii) cenários macroeconômicos; e (iii) comerciais e tributários.

7. Caixa e equivalentes de caixa

	31 de dezembro de	
	2024	2023
Caixa e bancos	229	36
Aplicações financeiras	41.434	23.857
Total	41.663	23.893

Caixa e equivalentes de caixa compreendem os valores de caixa, depósitos líquidos e imediatamente resgatáveis, aplicações financeiras em investimento com risco insignificante de alteração de valor. As aplicações financeiras em 31 de dezembro de 2024 referem-se a aplicações de Certificados de Depósitos Bancários (CDB) no montante de R\$ 41.434 (R\$ 23.857 em 2023), prontamente conversíveis em caixa, sendo indexadas à taxa dos certificados de depósito interbancário (“taxa DI” ou “CDI”).

8. Contas a receber - Partes relacionadas

A Sociedade possui contas a receber com a sua controladora referente a venda de créditos tributários realizada em 2013 no montante de R\$ 128.658. Em 2018, a Sociedade recebeu o montante de R\$ 1.154 e em 2019, após a celebração de um termo aditivo ao contrato de cessão onerosa, ocorreu a baixa parcial no montante de R\$ 13.134 por já ter sido utilizado em anos anteriores.

Em 2020, houve um pagamento parcial no montante de R\$ 16.875 para pagamento de dividendos relativos ao exercício de 2019. Em 2021, a Sociedade utilizou R\$ 2.428 para pagamento à Vale pela aquisição de 99,99% das ações da CPP Participações S.A. Com a incorporação da CPP, o saldo do contas a receber aumentou em R\$ 2.406 também relativo à venda de créditos para a controladora. O saldo em aberto em 31 de dezembro de 2024 e 2023 é R\$ 97.473.

9. Processos judiciais

A Sociedade é parte em diversos processos judiciais decorrentes do curso normal dos negócios, incluindo processos ambientais, cíveis e tributários.

A Sociedade utiliza-se de estimativas para avaliar a probabilidade de saída de recursos com base em avaliações técnicas de seus assessores jurídicos e nos julgamentos da Administração e constitui provisões para as perdas consideradas prováveis e para as quais uma estimativa confiável possa ser realizada.

Decisões arbitrais, judiciais e administrativas em ações contra a Sociedade, nova jurisprudência e alterações no conjunto de provas existentes podem resultar na alteração na probabilidade de saída de recursos e suas mensurações mediante análise dos fundamentos técnicos.

Processos judiciais provisionados - A Sociedade considerou todas as informações disponíveis relativas aos processos em que é parte envolvida para realizar as estimativas dos valores das obrigações e a probabilidade de saída de recursos.

Processos cível - Execução fiscal ajuizada pela União oriunda de um contrato em que a União sucedeu a extinta Siderbrás e pleiteou o pagamento de multa contratual pelo suposto descumprimento do contrato, que em 31 de dezembro de 2023 totalizava R\$ 152.486. Em 2024, o depósito judicial relacionado a este processo foi convertido em renda em favor da União no montante de R\$ 126.828, resultando em uma reversão de principal de R\$ 16.846 e de juros e atualização monetária no montante de R\$ 8.812.

Processo tributário – Ações anulatórias de débito fiscal, movidos em 1999 e 2003, cuja matéria refere-se ao recolhimento de INSS sobre parcelas decorrentes de remuneração a título de participação nos lucros e resultados e remuneração paga a administradores estatutários e não empregados. Em 2024, foi determinada a conversão parcial em renda em favor da União de depósito judicial existente no montante de R\$ 16.362, com o reconhecimento de provisão no valor parcial de R\$ 5.338 de principal e R\$ 11.024 de juros e atualização monetária.

Processos judiciais não provisionados - Os passivos contingentes relevantes, acrescidos de juros e atualização monetária, cuja probabilidade de perda é considerada possível, são discutidos a seguir:

Processo ambiental - Em 2021, a Sociedade passou a ser sucessora na Ação Civil Pública de responsabilidade por dano ambiental ajuizada pelo Município de Santana, no estado do Amapá, contra a Companhia Ferro Ligas do Amapá (“CFA”), outrora incorporada pela CPP, pela possível contaminação das águas locais por metais pesados, no valor atualizado de R\$ 727.960 (R\$ 707.280 em 2023).

Processo tributário - A Sociedade é parte em diversos processos administrativos e judiciais, relativos a cobranças de impostos federais e municipais, sendo os valores dos principais processos relativos a ISS de R\$ 77.702 (2023: R\$ 73.772) e IPI e imposto de importação de R\$ 33.937 (2023: R\$ 33.123).

Depósitos judiciais - Correlacionados às provisões e passivos contingentes, a Sociedade é exigida por lei a realizar depósitos judiciais para garantir potenciais pagamentos de contingências. Os depósitos judiciais são atualizados monetariamente e registrados no ativo não circulante da Sociedade até que aconteça a decisão judicial de resgate destes depósitos por uma das partes envolvidas.

Depósito judicial tributário - Em 2024, a Sociedade recebeu o montante de R\$ 17.088 relativo ao levantamento de depósitos judiciais previdenciários.

Depósito judicial cível - A Sociedade possuía em 31 de dezembro de 2023 um depósito judicial no montante atualizado de R\$ 126.536 para a execução fiscal ajuizada pela União, conforme mencionado anteriormente. Em 2024, o depósito foi convertido em renda em favor da União no montante atualizado de R\$ 126.828.

	Provisões para processos judiciais		Passivos contingentes		Depósitos judiciais	
	31 de dezembro de		31 de dezembro de		31 de dezembro de	
	2024	2023	2024	2023	2024	2023 (reapresentado)
Processos ambientais	-	-	727.960	707.280	-	-
Processos tributários	6.572	4.669	135.913	130.088	9.876	49.604
Processos cíveis	-	152.486	26.894	-	-	126.536
Total	6.572	157.155	890.767	837.368	9.876	176.140

Política contábil

Uma provisão é reconhecida quando existe uma obrigação presente originada de evento passado, cujo desembolso de recursos para liquidar a obrigação é considerado provável e é possível estimar com confiabilidade o valor da obrigação. A contrapartida da provisão é uma despesa do exercício. Essa obrigação é atualizada de acordo com a evolução do processo judicial ou encargos financeiros incorridos e pode ser revertida caso a estimativa de perda não seja mais considerada provável devido a mudanças nas circunstâncias, ou quando a obrigação for liquidada.

Os ativos contingentes são divulgados quando os benefícios econômicos vinculados são prováveis e somente são reconhecidos nas demonstrações financeiras no período em que a sua realização é virtualmente certa.

Estimativas e julgamentos contábeis críticos

Os processos judiciais são contingentes por natureza, ou seja, serão resolvidos quando um ou mais eventos futuros ocorrerem ou deixarem de ocorrer. Normalmente, a ocorrência ou não de tais eventos não depende da atuação da Sociedade e incertezas no ambiente legal envolve o exercício de estimativas e julgamentos significativos da Administração quanto aos potenciais resultados dos eventos futuros.

10. Patrimônio líquido

a) Capital social - Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, o capital social é de R\$ 251.780 correspondendo a 1.020.226.732 ações ordinárias nominativas, totalmente integralizadas e sem valor nominal.

b) Reserva legal - Constitui uma exigência para todas as empresas brasileiras de capital aberto e representa a apropriação de 5% do lucro líquido anual apurado com base na legislação brasileira, até o limite de 20% do capital social. O saldo remanescente da reserva legal foi integralmente utilizado em para absorção parcial de prejuízos, conforme aprovado em Assembleia Geral Ordinária realizada em setembro de 2022. Em 31 de dezembro de 2023, a Sociedade apresentou um lucro líquido de R\$ 45.662, utilizado para absorção parcial dos prejuízos acumulados.

c) Prejuízos acumulados - Em 31 de dezembro de 2024, a Sociedade apresentou um lucro de R\$ 8.745, destinado para prejuízos acumulados.

11. Transações com partes relacionadas

	Notas	31 de dezembro de	
		2024	2023
Vale S.A.			
Contas a receber com partes relacionadas	8	97.473	97.473

Os saldos de contas a receber com partes relacionadas referem-se às transações de venda de créditos fiscais para a Vale.

Todas as operações com partes relacionadas estão formalizadas através de contratos celebrados entre as partes. Caso esses contratos tivessem sido estabelecidos com terceiros, os termos contratuais poderiam ser diferentes dos firmados com as partes relacionadas.

A remuneração dos administradores da Sociedade foi paga integralmente pelo acionista Vale. Não há remuneração baseada em ações da própria Sociedade e incentivos de longo prazo.

12. Classificação dos instrumentos financeiros

A classificação dos ativos e passivos financeiros por moeda é a seguinte:

	Custo amortizado	
	31 de dezembro de 2024	31 de dezembro de 2023
Caixa e equivalentes de caixa	41.663	23.893
Total dos ativos financeiros	41.663	23.893
Fornecedores	371	279
Total dos passivos financeiros	371	279

Política contábil

A Sociedade classifica os instrumentos financeiros com base no seu modelo de negócios para o gerenciamento dos ativos e nas características dos fluxos de caixa contratuais desses ativos. O teste do modelo de negócios determina a classificação com base no propósito comercial de se manter o ativo e se os fluxos de caixa contratuais representam exclusivamente pagamentos de principal e juros. Os instrumentos financeiros são mensurados ao valor justo por meio do resultado ("FVTPL") a menos que certas condições que permitam uma mensuração ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes ("FVOCI") ou pelo custo amortizado sejam atendidas. Sendo que na data base destas demonstrações financeiras a Sociedade somente possui instrumentos financeiros classificados como custo amortizado.

Todos os passivos financeiros são inicialmente mensurados ao valor justo, líquidos dos custos de transação incorridos e são mensurados ao custo amortizado e atualizados pelo método da taxa de juros efetivos.

13. Gestão de riscos

a) Gestão de risco de liquidez e capital - A Sociedade monitora as previsões de fluxo de caixa para assegurar a liquidez de curto prazo e possibilitar maior eficiência da gestão do caixa, em linha com o foco estratégico na redução do custo de capital e estabelecer uma estrutura de capital que assegure a continuidade dos seus negócios no longo prazo.

b) Gestão de risco de crédito - A exposição da Sociedade ao risco de crédito decorre de recebíveis em transações comerciais e investimentos financeiros. O processo de gestão de risco de crédito fornece uma estrutura para avaliar e gerir o risco de crédito das contrapartes e para manter o risco da Sociedade em um nível aceitável.

(i) Gestão de risco de crédito de recebíveis - A Sociedade atribui uma classificação de risco de crédito interna para cada contraparte utilizando sua própria metodologia quantitativa de análise de risco de crédito, baseada em preços de mercado e informações financeiras da contraparte, bem como informações qualitativas sobre o histórico de relacionamento comercial.

(ii) Gestão de risco de crédito de investimentos financeiros - Para gerenciar a exposição de crédito originada por aplicações financeiras, a Sociedade controla a diversificação de sua carteira e monitora diferentes indicadores de solvência e liquidez das diferentes contrapartes que foram aprovadas para negociação.

* * *

Membros da Diretoria e Responsáveis Técnicos

Diretores

Glauce Kelly Costa Teles de Souza Pagliaro
Diretora-Presidente

Thadeu Mattos Vigne
Diretor

Cecília Fernandes Albuquerque
Diretora

Responsáveis Técnicos

Carlos Alberto Ferreira de Abreu
Contador
CRC-RJ 131214/O-7

Cecília Fernandes Albuquerque
Gerente de Controladoria